SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Sexta-feira, 13 de agosto de 2010 - JJ 394 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Todos à Assembleia Geral dia 18/08 no Sintrajud

Governo tenta ganhar tempo com audiência pública, mas servidores decidem retomar a luta pelo PCS

Em assembleias/atos no dia 4 de agosto, dia do "Apagão No Judicário", os servidores foram firmes em afirmar que é preciso retomar a mobilização como única forma de garantir a aprovação do PCS e impedir o congelamento de salário. A assembleia da próxima quarta-feira, dia 18/08, irá discutir também o indicativo de greve e outros assuntos de interesse da categoria. A assembleia será, às 19h30, no 15º andar do Sintrajud.

O governo está tentando de todas as formas evitar a aprovação do PL 6613/09. Sem consultar os servidores, o relator do projeto, deputado Ricardo Berzoini (PT/SP) pediu audiência pública para discutir o projeto.

O PL 549/09, que prevê o congelamento de salário por 10 anos, é outro ataque contra os servidores.

Portanto, é fundamental que em todo país, os servidores retomem a mobilização.

"Ninguém tem dúvida de que a luta deve continuar. O governo insiste em deixar para o próximo presidente a discussão do nosso PCS. Isso é um absurdo. Já estamos com os salários congelados desde 2008. Precisamos retomar a mobilização para garantir que nossas reivindicações sejam atendidas", disse o diretor do Sintrajud e servidor do TRF Eliseu Trindade.

Para ele, a crise econômica que está novamente vindo à tona, com a queda da bolsa nos Estados Unidos, é mais um dado para que o servidor fique em alerta. "Com essa crise o governo vai querer retirar direitos e congelar salário, como já está acontecendo nos países europeus. A hora de lutar é agora", finalizou.



Jesus Carlos

Apagão demonstra disposição de luta

A exemplo do que ocorreu nos 69 dias de greve (maio/junho e julho), o dia do Apagão demonstrou que a categoria que retomar a luta. Apesar das desigualdades, houve mobilização em quase todos os estados. Em São Paulo houve paralisações de 2 horas na capital, em Santos, Praia Grande, Santo André e no Alto Tietê. Na JT de São Bernardo mesmo enfrentando correição, os servidores decidiram parar para fortalecer o movimento.

Em todas as atividades os servidores aprovaram retomar a mobilização e continuar a luta pelo PCS.

Direito de Greve
Pleno do TRT-2 julga recurso do Sintrajud contra o desconto dos dias de greve
Pág 2

Imposto Sindical
Servidor da JF deve preencher formulário no site do Sintrajud
Pág 3

Eleições 2010
Conheça os candidatos do Judiciário Federal de São Paulo
Pág 4

Opinião do Sintrajud

Investigações expõem outra vez os limites entre público e privado no Judiciário

As recentes denúncias de possíveis irregularidades administrativas no Tribunal Regional Federal da 3ª Região põem em evidência, mais uma vez, os tênues limites que separam o público do privado nas esferas de poder dos serviços públicos, em especial, no Judiciário.

Segundo reportagem publicada pelo "Consultor Jurídico", a Corregedoria do Conselho Nacional da Justiça Federal detectou problemas como o pagamento de diárias e passagens aéreas sem as devidas justificativas, em serviços terceirizados, pagamento de pensões e uso indevido de carro oficial por parte de magistrados. Acompanha este último caso o desvio de servidores das suas funções públicas, profissionais que acabariam designados para cumprir tarefas relacionadas à vida privada de certos magistrados.

A corregedoria do CNJF detectou problemas em diárias, passagens, entre outros, no TRF-3

A comissão encarregada de investigar o TRF trabalhou durante o mês de março, sendo que o relatório por ela elaborado tornou-se público agora. O texto traz uma série de recomendações aos desembargadores e aponta ainda a existência de casos de nepotismo.

A Associação de Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Ajufesp) divulgou nota na qual critica o que qualificou de 'divulgação precipitada' das possíveis irregularidades. Para a associação, isso não deveria ter ocorrido antes de os magistrados darem suas justificativas.

É um ponto de vista. Mas o que já tarda é a mudanças das relações estabelecidas pelos que detêm o poder nas estruturas do Judiciário. O desvio indevido de agentes de segurança para trabalhos desenvolvidos em residências de desembargadores, como consta no relatório, é apenas um aspecto mais visível de uma relação na qual predominam a desvalorização do servidor, a falta de democracia, a parca transparência.

São características próprias de um terreno fértil para a proliferação de casos de assédio moral e de violência no trabalho. Situação, aliás, muitas vezes apontada durante a greve suspensa há pouco da categoria.

As denúncias devem sim ser investigadas, evitando-se, naturalmente, as generalizações que, além de injustas, contribuem para que não se chegue a resultado algum. Mas isso não basta, se não tirarmos o Poder Judiciário desse terreno sombrio e pautado por relações arbitrárias. Terreno no qual permanece e, mais grave, se aprofunda na medida em que nos são impostos critérios gerenciais pautados no vale tudo da iniciativa privada. Além de propor metas insanas, afastando ainda mais o Judiciário da sua função social.

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

A Lei da Ficha Limpa pode ser destruída pela PEC 89/2003

Airton de Barros*

A Lei da Ficha Limpa, na prática, deverá ter curta existência. O Congresso Nacional dá com uma mão para tirar com a outra.

Primeiro, aprova uma lei que cria severos efeitos concretos contra os políticos condenados judicialmente, para, logo depois, por outra lei, engessar a atuação das autoridades que os poderiam processar ou julgar.

Era mesmo estranho que políticos potencialmente sujeitos aos impedimentos da Lei da Ficha Limpa quisessem aprová-la. O Senado acaba de aprovar a Anti-Lei da Ficha Limpa – a PEC nº89/2003, amarrando definitivamente as mãos de Juízes e Promotores de Justiça.

Trata-se da mais pesada ameaça contra a independência funcional de Juízes e representantes do Ministério Público, até aqui enfrentada.

É que os membros do Judiciário e MP, pelo texto original da CF/88, depois de passarem pelo estágio probatório (vitalícios), só podem perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado, em caso de crime incompatível com a função, improbidade administrativa, exercício da advocacia, atividade político-partidária, recebimento de honorários ou custas, cumulação ilegal de funções, abandono do cargo.

Entretanto, se aprovada a PEC 89, poderão ser demitidos por deliberação do órgão a que estão sujeitos (Tribunal ou Conselho Superior, conforme o caso), em processo administrativo. E o pior, se antes se exigia, para a demissão, a prática de condutas tipificadas de forma expressa e precisa na CF ou na Lei Orgânica, pela PEC 89 bastará a caracterização de procedimento incompatível com o decoro de suas funções (conduta aberta a julgar-se ou não enquadrada conforme o critério subjetivo de quem estiver no comando institucional).

Só fortes e estáveis prerrogativas do cargo, especialmente a independência funcional, a inamovibilidade e a certeza de que a demissão não ocorrerá sem motivo inequivocamente sério e justo podem assegurar que determinada autoridade não sofrerá represálias externas ou de sua própria corporação se tiver que perseguir poderosos.

Não é sem motivo, então, que, no país, só se viram poderosos agentes públicos processados, julgados e condenados por atos de improbidade, tanto na esfera civil como na criminal, depois da CF/88, que não pode ser agora alterada, nesse ponto, sob pena de danoso e lamentável retrocesso.

**** Airton Florentino de Barros, Procurador da Justiça em São Paulo, é fundador do Ministério Público Democrático***

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Agenda

16 DE AGOSTO

- Julgamento do recurso do Sintrajud contra corte de ponto no TRT-2 (R. da Consolação), às 13h

18 DE AGOSTO

- Assembleia estadual no Sintrajud, às 19h30

24 DE AGOSTO

- Reunião da diretoria executiva da Fenajufe, em Brasília

25 A 27 DE AGOSTO

- Rodada de assembleias em todo o Brasil

27 DE AGOSTO

- Indicativo de paralisação de 24 horas no TRE

2 DE SETEMBRO

- Indicativo de paralisação por 24 horas pelo PCS

1ª QUINZENA DE SETEMBRO

-Indicativo de retomada da greve por tempo indeterminado

ACONTECEU

9 DE AGOSTO

- Sessão do Órgão Especial do TRT-2 deixa de votar recurso do Sintrajud contra descontos

4 DE AGOSTO

- "Apagão" nacional no Judiciário

Edital de convocação da assembleia geral extraordinária do Sintrajud/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 18 de agosto do ano corrente, a partir das 19h30, em primeira convocação – no auditório do SINTRAJUD, situado a Rua Antonio de Godoy, 88, 15º andar, Centro.

PAUTA:
Informes da campanha salarial
Aprovação do PCS 4;
Contra o Congelamento Salarial.
Indicativo de greve;
E, outros assuntos de interesse da categoria

São Paulo, 12 de agosto de 2010.

Maria Angélica Olivieri
Coordenadora Executiva
Leica Claudio Silva
Coordenadora Geral



Direito de greve

Contra descontos, servidores vão lotar sessão do Pleno do TRT-2 na segunda, 16/8

Tribunal adia julgamento do recurso do Sintrajud contra corte de ponto e servidores são penalizados com desconto na folha de pagamento

O recurso do Sintrajud contra o corte porte no TRT-2 está na pauta da próxima sessão do Pleno do tribunal na segunda, 16. Os servidores vão acompanhar o julgamento que terá início às 13h. Um ônibus vai sair do Fórum Rui Barbosa, na Barra Funda, às 11h30.

Para a diretora do Sintrajud Leica Silva, é importante que o plenário esteja lotado, para que os desembargadores não esqueçam que a questão afeta a vida do servidor. "É importante que eles possam ver o rosto de cada um que está ameaçado com o desconto", diz Leica. De acordo com informações do Setor de Cadastro do tribunal, nesta quinta, 12, a folha de pagamento foi fechada com desconto de 10% no salário. "É uma arbitrariedade, pois o recurso ainda está pendente de julgamento, sendo que foi adiado pelo próprio tribunal, enquanto seguindo o regimento interno haveria espaço para julgar."

O recurso do Sindicato contra a Portaria GP 14/2010, da presidência, que cortou o ponto deveria ter sido julgado na sessão do dia 9, pelo Órgão Especial. Mas o desembargador Luiz Edgar Ferraz questionou a competência do Órgão para julgar o recurso e defendeu que o Pleno deveria fazê-lo. Por nove votos a sete, venceu a tese do desembargador, o que deixou os servidores indignados. A diretora do Sintrajud Inês de Castro disse que deixar de votar o recurso foi uma falta de respeito.

Alguns desembargadores defenderam o julgamento no Órgão, como Davi Furtado. Ele acompanhou a tese da relatora do recurso, desebargadora Sonia Franzini, que diz que o Órgão, conforme o regimento interno, pode julgar questões relacionadas a faltas de servidores em serviço. A portaria que cortou o ponto refere-se às ausências por causa da greve como faltas.

Apesar do esforço do Sindicato, que antes do julgamento, entregou memorial a todos os desembargadores do Órgão em defesa do direito de greve, a sessão foi encerrada pelo presidente do TRT-2, Décio Daidone. Agora, a categoria espera que o julgamento ocorra na próxima segunda e que seja reconhecido o direito à greve e revogado o corte de ponto.



Sintrajud reivindica que servidor do TRE possa escolher sobre compensação

Alguns servidores já tiveram horas extras e credoras descontadas, enquanto poderão compensar até junho do ano que vem

No TRE, apesar da Portaria 292 determinar a compensação dos dias de greve até 30 de junho de 2011, alguns servidores já tiveram descontos em suas horas credoras. Além disso, alguns funcionários tiveram dias de greve considerados faltas injustificadas, o que significa que a compensação teria que ser feita em um mês.

O Sintrajud já protocolou recurso solicitando a regularização da freqüência dos servidores. A Administração informou que não havia erro. Por isso, o servidor que estiver nessa situação deverá protocolar um requerimento individual, cujo modelo estará disponível em www.sintrajud.org.br, a partir de segunda, 16. "Detectamos essa situação e pedimos a regularização, a chefia tem que consultar o funcionário, que deve dizer se estava em greve", diz Maria Cecília, diretora do Sintrajud. Ela explica que os servidores estavam sem acesso à intranet durante a greve, quando foi instalado um sistema novo, inclusive, com catraca eletrônica.

Sobre a compensação, o Sindicato entrará com outro recurso nos próximos dias. Será reivindicada a garantia de opção de cada servidor em realizar a compensação das horas até o prazo estipulado na portaria. "As pessoas acabam sendo descontadas, quando têm direito a compensar até junho de 2011", afirma Maria Cecília.

STJ suspende corte de ponto no TST

Na última segunda, 9, o ministro do STJ Castro Meira determinou a suspensão do corte de pagamento dos servidores grevistas do TST. Ele deferiu antecipação da tutela em ação ajuizada pelo sindicato de Brasília (Sindjus-DF).

O ministro Castro Meira se baseia no Mandado de Injunção nº 670, do STF, que diz competir ao STJ a decisão "acerca do mérito do pagamento, ou não, dos dias de paralisação em consonância com a excepcionalidade de que esse juízo se reveste", tendo em vista tratar-se de greve de âmbito nacional. O ministro ainda afirma que "o desconto remuneratório afeta diretamente o sustento do servidor e seus dependentes", sendo razoável suspender os efeitos do ato da Presidência do TST, até o julgamento definitivo da ação e da Petição 7939, ajuizada pela União para obter a declaração de ilegalidade do movimento grevista na JT.

Para a diretora do Sintrajud Inês de Castro, a decisão do STJ reforça o argumento do Sindicato sobre a publicação da portaria GP 14/2010 da presidência do TRT-2. "Para nós, o tribunal não tinha competência para publicar a portaria determinando o corte de ponto. Essa foi uma decisão arbitrária e precisa ser revertida", disse.

Vitória do Sintrajud

MI para aposentadoria especial de filiados agentes e inspetores de segurança

O Sintrajud obteve vitória no Mandando de Injunção 1311, junto ao Supremo Tribunal Federal, que pede o reconhecimento do direito à aposentadoria especial para agentes e inspetores de segurança.

Segundo a advogada do Sintrajud Eliana Vilela, na linha das outras decisões, não foram detalhados critérios como a paridade e o tempo exato, embora o sindicato tenha feito pedidos expressos nesse sentido, a partir de 20 anos de atividade.

O Sintrajud vai disponibilizar no site (www.sintrajud.org.br) os procedimentos que os servidores devem adotar, bem como as minutas de requerimento para padronização dos pedidos.

Para o diretor de base do Sintrajud e agente de segurança do TRF, Claudio Klein os agentes de segurança devem reconhecer as vitórias obtidas pelo sindicato em prol desse segmento. "Essa foi mais uma importante vitória e esperamos contar com o apoio de todos agora na retomada do nosso movimento para garantirmos novas conquistas", ressaltou.

Servidor da JF deve preencher formulário para receber restituição do Imposto Sindical

O Sintrajud é contra a cobrança do Imposto Sindical, pois defende que o Sindicato seja mantido pela contribuição voluntária de seus associados.

Em abril deste ano, pela primeira vez e após uma batalha judicial e administrativa do Sindicato contra o referido imposto, os servidores do TRF e JF sofreram o desconto. De acordo com a legislação, coube ao Sintrajud 60% do valor total descontado.

O Sintrajud/SP parabeniza a todos que doaram ao fundo de greve e, por questão de princípios, está devolvendo aos demais.

Para que esta restituição seja feita ao servidor da JF, é necessário que o mesmo preencha o formulário apenas uma vez, com os dados solicitados. Assim será encaminhada ao banco uma listagem para que sejam feitos os respectivos depósitos.

Estes créditos não são feitos de forma automática, levando alguns dias até que o banco faça o crédito na conta do servidor.

É importante destacar que para categorias diferenciadas, como médicos, engenheiros, jornalistas, entre outros, o desconto foi repassado para seus respectivos sindicatos e o Sintrajud não tem qualquer responsabilidade sobre o destino e a aplicação do mesmo.

Novamente o Sintrajud ressalta a necessidade da organização livre e espontânea dos servidores, fundamental para manter a entidade independente, forte e de luta.

Diretoria de base

Conselho de Base do Sintrajud ganha 14 novos integrantes

Servidores, eleitos pela categoria, tomarão posse no dia 28 de agosto

Entre os dias 2 e 6 de agosto, a categoria escolheu 14 novos diretores de base nas eleições complementares realizadas pelo Sintrajud. Eles se somam aos já eleitos no ano passado, à diretoria executiva e aos representantes do Núcleo dos Aposentados para compor o Conselho de Base do Sindicato. O Conselho se reúne periodicamente para debater as demandas, os problemas, as bandeiras e as lutas dos servidores. Para a diretora do Sintrajud e ex-diretora de base, Angélica Olivieri, os servidores recém-eleitos já atuavam como diretor de base, pois ajudaram a construir a greve de 69 dias da categoria. Agora, eles iniciam sua gestão, oficialmente, num momento de retomada da mobilização.

Organizar o local de trabalho, conversar com os colegas e trazer ao Sindicato o que acontece em cada local são as tarefas que os representantes oficiais da categoria desempenharão. "Isso fortalece a nossa luta conjunta tanto nas questões salariais, como nas ligadas à saúde do servidor, às relações e condições de trabalho dentro de cada setor onde passamos grande parte do nosso dia", diz a diretora.

TRE
Jefferson Cabral
Marcelo Durães (Che)
JT/Barra Funda
Augusto Cezar Cavazza
Filipe Joel Gomes Lira
Rafael Vasconcelos Vilela
TRF
Denílson Pereira Spínola
Edvaldo Camarão

Ex. Fiscais
Cristiane Pontes
Fabiana Rosa Borges
JF/Santo André
Marco Antônio Santos
JF/Marília
Alice de Jesus Vicente
JF/Previdenciário
Joaquim Alves
JF/Ceuni
Ester Nogueira Faria
Fabiano Righi



Wladimir de Souza

Servidora vota para diretor de base na JT/Barra Funda

Especial eleições

O Sindicato abre espaço para os candidatos ligados à categoria, como divulgamos no Jornal do Judiciário n° 393 (3/08/2010) e em nosso site. Até o fechamento desta edição, recebemos três textos de apresentação dos candidatos. Na próxima, os candidatos poderão enviar texto de 1000 caracteres sobre suas propostas para um serviço público de qualidade para o e-mail imprensa@sintrajud.org.br

"Mulher, socialista e de luta"

Ana Luiza, Senadora 160 - PSTU



Ana Luiza tem 51 anos, dois filhos, é diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de SP e da Federação Nacional da categoria. Nos 15 anos de serviço público, esteve na linha de frente de todas as greves e conquistas dos servidores do Judiciário. Lutou contra as reformas administrativas de FHC e da Previdência de Lula. Na luta contra as reformas do governo, chamou a ruptura com a CUT e a construção de uma nova direção para a luta dos trabalhadores: a CSP-Conlutas.

Está no PSTU por acreditar que é preciso construir uma nova sociedade que acabe com a opressão e a exploração: uma sociedade socialista.

Ana Luiza está à frente também da luta contra o machismo e a opressão. Segundo estudo feito pelo Mapa da Violência 2010 – uma mulher é assassinada a cada 2 horas! A falta de creches e a dependência econômica expõem a mulher trabalhadora à violência dos homens e a condena ao subemprego.

Votar em Ana Luiza é votar em quem defende serviço público de qualidade e está na luta pela emancipação das mulheres e pela construção de um mundo justo e igualitário

"Anos de luta, anos de coerência"

Adilson Rodrigues - Deputado Federal 5012 - PSOL



Adilson Rodrigues, servidor da JF de Santos, reconhecido líder sindical dos servidores do Judiciário em todo o país é candidato a deputado federal pelo PSOL.

Adilson acumulou longa experiência na defesa dos interesses dos servidores do Judiciário Federal ao longo dos últimos anos, quando esteve à frente do Sintrajud e da Fenajufe e liderou inúmeras lutas na defesa dos direitos, valorização da carreira, respeito à data base, aprovação dos PCS 1, 2 e 3, conquista dos 11,98% e quintos.

A candidatura a deputado federal do Adilson representa o esforço coletivo da categoria judiciária e de vários segmentos do funcionalismo em todo o estado que o apóiam, para garantir sua representação direta, sem intermediários, junto à Câmara dos Deputados.

Conheça mais sobre a candidatura do Adilson, e ajude a divulgar entre os colegas de trabalho, familiares e amigos. Acesse: http://pt.calameo.com/read/000111660a7cc3954465a . Entre em contato pelo e-mail: adilsonfederal5012@gmail.com

Nossa luta, juntos, faz acontecer!

"Em defesa do serviço público de qualidade"

Sanches, Deputado Estadual 16030 - PSTU



José Carlos Sanches, 58 anos, três filhas e quatro netos, é diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de SP. Ingressou no Judiciário Federal há 19 anos tendo participado de todas as greves e conquistas dos servidores do judiciário. Lutou contra a Reforma da Previdência de Lula e das propostas de retirada de direitos de FHC. Juntamente com Ana Luiza e outros batalhadores propôs a ruptura com a CUT e a construção de uma nova direção para a luta dos trabalhadores: a CSP-Conlutas.

Está no PSTU por acreditar que este partido é o único que defende ser necessário, e possível, uma sociedade socialista.

Sanches luta pela revogação das Reformas da Previdência, tanto de Lula como de FHC, que condenaram os trabalhadores a contribuírem para a Previdência até à morte sem direito de se aposentarem e, quando conseguem a aposentadoria, o valor acaba tão reduzido que mal dá para sobreviver. Um mundo socialista é possível!!!!